

Gramática e texto. Texto e gramática. A funcionalidade em questão.

Grammar and text. Text and grammar. The matter of functionality.

Maria Helena de Moura Neves*

RESUMO

Repercutindo Neves (2018 [2006]), este texto dá uma amostra de reflexões funcionalistas sobre os processos de constituição do enunciado, dirigindo a atenção para a gramática que organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos que, afinal, fazem do texto uma peça em função. Fica entendido que é no entrecruzamento dos processos ativados, e pela gramática organizados, que a interação discursiva compõe os textos.

Palavras-Chave: Gramática. Texto. Interação linguística.

ABSTRACT

Building on Neves (2018 [2006]), this paper reflects on the processes that constitute the utterance, directing its attention to the grammar that organizes relations, constructs meanings, and defines pragmatic effects, which make the text a functional unit. It is assumed that it is in the multiple activation of these processes, and organized by the grammar, that discursive interaction builds texts.

Keywords: Grammar. Text. Discursive interaction.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.503>

*Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), mhmneves@uol.com.br, orcid.org/0000-0003-4667-2657

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 56-77, junho 2021

Introdução

Este capítulo foi especialmente escrito, e com grande honra, em comemoração aos 30 anos de relevantes serviços prestados à causa da pesquisa e da educação linguística pela respeitadíssima revista *Confluência*. Essa destinação especial me levou à composição de um texto também especial, um texto em que, pela primeira vez, tomo como objeto de reflexão uma obra de minha própria autoria, à qual volto 15 anos depois da primeira edição. Este texto revisita o livro *Texto e gramática* (NEVES, 2018 [2006])¹, e a razão é muito significativa: considero, simplesmente, que nessa obra está a configuração de noções que melhor resume o curso das reflexões sobre linguagem, sobre língua e sobre gramática que tenho desenvolvido no geral. Entre as diversas obras que produzi, verifico que essa constitui uma espécie de roteiro teórico-metodológico do tratamento de fatos linguísticos (a partir de dados) que tenho oferecido nas minhas análises da língua em uso, particularmente nas minhas duas produções específicas de ‘gramática’² da língua portuguesa (NEVES, 2011 [2000] e 2018), e mais particularmente, ainda, na primeira delas.

Começo pelas duas primeiras frases desse livro que revisito, reconhecendo-o como a proposta geral de estudo que foi sendo desenvolvida em todo o meu percurso de lida com a linguagem (antes e depois dessa obra), seja com foco no estudo / ensino de língua, seja com foco na produção de textos. Devo tê-las repetido em muitas de minhas ‘falas’, oralmente ou por escrito, literalmente ou em paráfrase:

Este livro reúne reflexões sobre os processos de constituição do enunciado, dirigindo a atenção para a gramática que organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos que, afinal, fazem do

-
- 1 Já registro que não resgato todo o livro, limito-me aos três primeiros capítulos (p. 11-150), que dão uma amostra da condução das propostas.
 - 2 Com minhas aspas simples, faço referência a alguma entidade pelo termo que considero o mais geral e difundido para representá-la, algo equivalente a um ‘por assim dizer’. Minhas aspas duplas representam citação literal.

texto uma peça em função. Fica entendido que é no entrecruzamento dos processos ativados, e pela gramática organizados, que a interação discursiva compõe os textos. (NEVES, 2018 [2006], p. 11)³

E, com certeza, essas duas frases já constituem resumo prévio da recolha de reflexões e de proposições que pretendo trazer neste capítulo.

Também tem de ser assumido, já nesta Introdução, que, no respaldo, está uma teoria sustentada na visão funcional da linguagem, destacando-se, especialmente, as seguintes postulações:

- a) A unidade de estudo / exame / análise é o ‘enunciado’, ou seja, é aquilo que se ‘enuncia’, em linguagem (em um ‘ato de fala’), na história da língua; não se tomam peças construídas aleatoriamente pelo próprio analista com a específica destinação de oferecer análises segundo determinações prescritivas vigentes que se adotam por repetição.
- b) Agora, retomando (com aspas duplas) partes de meu texto citado: Está implicado, pois, que cada ‘enunciado’ da língua é uma “peça em função”, regida, sim, pela “**gramática**” dessa língua, que se resolve componencialmente com a consideração de:
 - b1) uma “constituição”⁴ “organizada” de “relações” (aí está a sintaxe, que é a configuradora);
 - b2) “significações” construídas nessa organização (aí está a semântica, que é o configurado);
 - b3) “efeitos” que ficam “definidos”, no ato de emissão da peça linguística que, significativamente construída, é posta “em função”, ou seja, é enunciada (aí está a pragmática, que é a instanciação).

3 Apenas os trechos de Neves (2018[2006]) tomados em citação (que é o que ocorre neste caso), ou tomados como epígrafe de alguma seção deste texto, são remetidos à sua página específica. Nas eventuais (e frequentes) retomadas de noções ou de exposições (mesmo que, porventura, literais) que farei, no todo do capítulo, não haverá remissão à página específica.

4 Em todo o conjunto de itens estão com aspas duplas termos constantes da citação.

- c) Ainda citando: Nesse complexo, entende-se que:
- c1) a linguagem se opera mediante a “ativação” de “processos” que se “organizam” segundo o regramento de uma “**gramática**”, em cada língua particular;
 - c2) e é na “interação” discursiva que esses processos “se entrecruzam”, tecendo os “**textos**”, que são exatamente as peças da língua que está “em função” nesse determinado espaço sociocultural.

Com grande condensação, ficam ‘expostos’, pois, os dois grandes temas da obra que aqui retomo, conforme se pode recolher nos negritos com que marquei, em c1) e c2), os termos **gramática** e **texto**. E, como já dito, aí está um resumo prévio do que pretendo trazer como proposta teórica de uma visão da gramática, a ser objeto de reflexão dos estudiosos e a ser objeto de exposição de um autor de obra gramatical.

1. A definição geral da base teórica de apoio: a teoria funcionalista da linguagem

A orientação teórica dessa análise é claramente funcionalista, aproveitada de cada vertente dessa orientação que sustente o tratamento gramatical da ‘língua em função’, ou seja dos enunciados de uma língua historicamente inserida (COSERIU, 1992 [1988]), já a partir da consideração de que os enunciados são, naturalmente, multifacetados. O foco de observação declarado é a construção do sentido do texto, por onde se desvende exatamente o cumprimento das funções da linguagem, obtido na costura textual, que se opera em interação. Essa já constitui uma atenção especial sobre o limite a definir-se para os constructos das peças da linguagem a examinar, que aqui se propõe como não restrito à ‘oração’. Ou seja, a projeção para as peças em exame excede os limites da organização sintática, regendo-se globalmente pelas relações semânticas que moldam a expressão daquilo que o texto diz,

na sua tessitura, e tudo com vista nas funções da linguagem, que, em última análise, recolhem os propósitos que regem o próprio uso linguístico.

Propõe-se, de partida, reconhecer que as unidades que entram nessa composição são necessariamente heterogêneas, algumas delas dando pontos de costura no mais interno das sintagmatizações, outras dando pontos largos na extensão mais ampla das amarrações semanticamente instruídas, transcendendo os rígidos limites da estruturação sintática.

Afinal, na obra *Texto e gramática* insisto em que a explicitação do uso de uma língua natural (uma língua particular historicamente inserida), feita com base em reflexão sobre dados, representa a explicitação do próprio funcionamento da linguagem. Isso exclui qualquer atividade de encaixamento em moldes de estrutura fixada, modelizada, com precisão de receita e sem espaço de manobra. É ponto pacífico que, sempre equilibrada, entretanto a língua não é estável, caso contrário não alcançaria toda a extensão daquilo que ela tem de fazer, que com certeza exige grande espaço de manobra. O modelo que se espera de lições de gramática que se ponham a serviço dessa lida funcional com a linguagem em processo é aquele que reconhece e valoriza zonas de imprecisão, casos de oscilação, oportunidades de desvios, e em mais de uma direção. O mais legítimo testemunho do estatuto de uma língua natural é o seu equilíbrio instável, garantidor da possibilidade de resolução diante das diferentes e conflitantes pressões a que se submetem os usos.

A primeira lição a que obriga a visão funcional da linguagem é a rejeição aos moldes pré-fabricados de uma análise classificatória que procure penetrar e desvendar os enunciados, partindo de um punhado de classes desmembradas de quadros cuja instituição não se fez segundo os processos reais de funcionamento da linguagem, e que, portanto, não tem legitimidade. Por aí já se pode estabelecer uma noção que há de conduzir toda a tarefa de análise da linguagem e da língua: quando o texto tece a ‘produção de sentido’, na linguagem, as unidades que montam a costura não estão cognitivamente disponíveis, para os usuários, acompanhadas de determinadas bulas de uso que se escudam em delimitações categoriais e funcionais precisas. Pelo

contrário, o falante as escolherá segundo a ‘receita’ que – automaticamente regradada pelo sistema da sua língua natural e requerida pelo seu propósito de uso – ele mesmo estabelece para a composição de seu texto, e o faz ‘escolhendo’ as peças de linguagem que combinará, assim como ‘escolhendo’ o modo de combinação que porá em funcionamento, tudo dentro daquilo que, no contexto de uso, mais responda a seus propósitos interacionais.

As assunções e as lições funcionalistas invocadas como base para as lições gramaticais que buscam ligar texto e gramática (lembre-se o título da obra) partem da noção de uma diversidade de propósitos a que serve a linguagem, já que, evidentemente, ela nada tem de fenômeno isolado (PRIDEAUX, 1987). Por isso mesmo, a linguagem é dada ao homem, sistemicamente sustentada, como um conjunto de meios para atingir fins (HALLIDAY, 1985), o que representa que ela não é prevista como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995), mas, sim, como resolvida pelo equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (DU BOIS, 1985). Na funcionalidade da linguagem, o embasamento cognitivo das unidades linguísticas faz parte do conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (BEAUGRANDE, 1993), e é nessa inteireza que a gramática monta os textos, integrando os componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978, 1980, 1989, 1997; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997). O que a gramática faz, holisticamente, é organizar em conjuntos as seleções simultâneas a que o falante procede na produção linguística (HALLIDAY, 1973, 1985, 1994), e é assim que a linguagem se resolve, exatamente por aquela relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (MACKENZIE, 1992). O corolário é que a operação gramatical é sensível às pressões do uso (DU BOIS, 1993), o que é o mesmo que dizer que o ato discursivo tem papel determinante na configuração da linguagem (GIVÓN, 1979). Considere-se, ainda, que, mais amplamente, também entra nessa determinação a rede total de eventos

comunicativos relevantes (BEAUGRANDE, 1993), concepção que nada mais representa do que instalar o discurso e a sua configuração textual no contexto de produção (unindo-se o situacional e o sociocultural).

E, afinal, dessa seção apresentativa das bases que definem a obra *Texto e gramática* (NEVES, 2018[2006]) retira-se o seguinte resumo dos pressupostos das investigações funcionalistas invocados para sustentação da proposta:

- a) A gramática é observável no enunciado, já que nada do que se enuncia resolve-se fora da gramática da língua.
- b) O funcionamento da língua se rege por um sistema gramatical, necessariamente com suas restrições (o ‘sistêmico’), mas dentro dele o falante é absolutamente livre para compor suas peças de linguagem, no sentido de obter os resultados de sentido e os efeitos pragmáticos que pretende.
- c) Os diversos eventos de fala abrigam informação distribuída e cada um tem sua importância comunicativa, mas o falante é o responsável por conferir relevos, segundo seus propósitos.
- d) O texto apresenta um fluxo de informação, que naturalmente se acompanhará de um fluxo de atenção que o ouvinte desenvolve a partir do empacotamento da informação que lhe é apresentado.
- e) O processo de gramaticalização (cognitivamente dirigido) é constitutivo da atividade discursiva, porque a pressão dessa atividade sobre o sistema obriga a uma contínua reorganização do quadro das estruturas da linguagem, ressaltando-se, entretanto, que nunca se quebrará a regularidade que o sistema da língua organiza e permite prever.
- f) Forças externas interagem com essas forças internas do sistema, e elas competem continuamente entre si, em uma busca necessária de manutenção de equilíbrio.

- g) Afinal, na complexa visão do sistema da língua a partir do uso da linguagem, é absolutamente necessário conceber-se que não é pelo estabelecimento de categorias rígidas e estanques que se pode configurar legitimamente a ‘gramática’ da língua: há um lento mas contínuo processo de extensão de membros das categorias, ou seja, uma constante alteração de limites, o que pode resultar, afinal, na própria redefinição de protótipos.

Por aí se valoriza a atenção para a existência de processos acomodativos na vida da língua, o que fica subsumido nas seguintes postulações que Neves (2018 [2006]) já retoma de Neves (2002, p. 176), e que assim podem interpretar-se: (i) as categorias linguísticas têm caráter não discreto; (ii) fluidas que são, elas se caracterizam em estreita dependência das determinações do contexto; (iii) as mudanças são graduais e as etapas coexistem, potencialmente, no sistema da língua. Nessa mesma direção, o resumo das posições funcionalistas defendidas abrange a atenção para: (i) o caráter não discreto das categorias; (ii) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; (iii) a gradualidade das mudanças e a coexistência de etapas; (iv) a regularização, a idiomatização e a convencionalização contínuas.

E o apanhado geral dessa proposta assegura que, no tratamento da linguagem, uma análise funcionalista porá atenção central na visão do uso (em relação ao sistema), na visão do significado (em relação à forma), na visão do social (em relação ao individual). É com essa sustentação geral que se põem em estudo os considerados ‘processos de constituição do enunciado’, pelos quais se instrui a própria determinação das categorias da gramática, atuantes nesses processos. São eles que estão em questão na obra que aqui se resgata (NEVES, 2018 [2006]), assim como na Gramática de usos do português (NEVES, 2011 [2000]).

A amostra que vai aqui oferecida toma os dois primeiros (e básicos) processos tratados, a predicação e a referenciação.

2. Os processos básicos de constituição do enunciado. uma amostra

2.1. Falar de ... e dizer que ... Ou: a construção das predicções

Começamos com a afirmação de que a predicção é um processo básico de constituição do enunciado. Na verdade, pode até parecer uma obviedade dizer que normalmente falamos por predicções, entretanto essa afirmação não é de aceitação tão óbvia, podendo ser invocado como objeção a ela o fato de que vários enunciados não constituem predicções, e até trechos de textos ou textos inteiros (não canônicos, convenhamos) se constroem sem predicções. (NEVES, 2018 [2006], p. 35)

2.1.1. O processo de ‘predicar’

Há uma noção inicial a apontar, que é esta colocação do processo de ‘predicar’ como o básico na constituição dos enunciados, a partir do fato de que os textos não podem ser construídos sem que se acione a ‘predicção’, ou seja, a atribuição de predicados (em princípio nucleados por verbos) a sujeitos. Com certeza a ninguém escapa que, na realidade do uso de linguagem, é muito comum a construção de enunciados que não abrigam predicção, por exemplo um “Nossa!” de admiração, ou um “Chiii...” de decepção, ou ainda um “Hum.” de concordância mal concedida. Até trechos de textos, ou mesmo textos inteiros dessa natureza são encontrados, entretanto, sem nenhuma dúvida, eles são não canônicos. Acresce a necessidade de atenção para enunciados que trazem apenas o predicado (o verbo), sem sujeito, como em “Choveu muito.”, e essa é uma questão a ser apreciada dentro do sistema da língua, lembrando-se que normas rígidas, previamente distribuídas sem respaldo nos usos, são com frequência discutíveis.

De qualquer forma, como está em Neves (2018 [2006]), com citação de Dik (1985, 1989, 1997), os textos canônicos constituem, na base, o acionamento de um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos, os quais, inseridos nos predicados, formam as predicções.

2.1.2 A categoria central implicada: o verbo

O verbo é ‘central’, na construção da predicação, que, afinal, é o processo a ser examinado, aqui, como peça fundamental da organização do texto todo, não apenas das frases, vistas avulsamente. Há categorias gramaticais – tempo, aspecto e modo – que cabe ao verbo expressar, para compor predicações, no enunciado, mas essa indicação modo-temporal do verbo é, necessariamente, complexa, e, a partir daí, multiplamente interveniente no todo da linguagem. Ora, nesse termo nomeado como “tempo” (incluído dentro de um “modo”, e, portanto, soldado a ele) ainda está envolvida a relevante categoria “aspecto”, em um todo que se aciona a serviço de uma complexa categoria modal de expressão (não importa se, na maior parte das vezes, o que existe é um simples elemento mórfico significativo). Cada uma dessas três categorias, na elaboração do enunciado, ou na sua interpretação (na recepção), submete-se ao quadro referencial das outras duas, tudo regrado e sustentado pelo sistema da língua, e a serviço da linguagem, mas, justamente por isso, tudo sujeito a interpenetração e a fluidez, nas zonas de definição.

A categoria ‘verbo’, assim investida de centralidade predicativa já em toda a história das ideias linguísticas, entra na composição do seu papel na construção da linguagem, em primeiro lugar, pelo acionamento da estrutura argumental, cujos pontos fortes de sustentação estão não apenas nas incursões teóricas feitas em termos de relações lógico-semânticas (BONDZIO, 1971), mas também, e especialmente, no desenrolar dos estudos da ciência linguística, em princípio semânticos, e em princípio submetidos a uma sintaxe, mas, no seu todo, apenas resolvidos com uma integração funcional da pragmática⁵.

5 Obviamente a obra Neves (2018 [2006]) não deixa de tratar o fato de que nem todos os verbos acionam uma estrutura argumental (ou seja, nem todos são núcleos de predicado), mas todos têm o seu papel na predicação (verbos de ligação, verbos-suporte, verbos auxiliares, verbos modais).

2.1.3 O modo de realização

No modo de realização das predicções entram, com grande relevância, as escolhas pragmáticas de padrões sintáticos, na dependência do fluxo informacional no discurso. É no nível pragmático que se situa a questão do modo de realização dos diversos objetos de discurso que se articulam com o predicado: se com sintagma nominal, se com pronome pessoal ou se em forma zero (elipse). Essas questões não dizem respeito apenas à superfície expressional do texto, pois cada um desses modos de realização tem um valor, e de nenhum modo é aleatória a diferença de escolha. Exemplo privilegiado é o modo da realização do sujeito: em um determinado ponto do enunciado, por exemplo, um sintagma nominal se faz necessário, não por sua forma superficial em si, mas com certeza porque essa posição tópica requer o provimento de uma especificação descritiva da entidade referenciada, e isso não se obteria nem com o pronome pessoal nem com o zero, pelo contrário isso exige sintagma com um núcleo ‘nome comum’. Lembre-se, ainda, a pressão da continuidade tópica do discurso que, nas construções transitivas, leva à manutenção de protagonistas (geralmente instituídos como sujeitos oracionais, e muito frequentemente do tipo “+Humano”, o que dispensa núcleo substantivo para as novas menções, diferentemente do que ocorre com os objetos diretos (geralmente do tipo “+Não animado”), que são mais variados, mais efêmeros, exatamente porque mais frequentemente portadores de informação nova⁶. Outras resoluções sintáticas que, em análises feitas, mostraram-se muitas vezes resolvidas por simples ‘preferência’ (portanto, pragmaticamente) foram,

6 É relevante a atenção para o que se tem denominado como ‘estrutura argumental preferida’ (DU BOIS, 1985, 1987; ENGLAND & MARTIN, s/d; KUMPF, 1992; ASHBY & BENTIVOGLIO, 1993; BENTIVOGLIO, 1994; e, para o português, DUTRA, 1987, NEVES, 1994, BRITO 1996, ANTONIO, 1998, PEZATTI, 2002 e MELO (2017)), que assim se pode explicitar, de modo genérico: numa oração transitiva é muito mais frequente que o objeto direto, e não o sujeito, seja preenchido com sintagma nominal, exatamente porque a posição de sujeito é, em geral, de informação já conhecida.

por exemplo, a expressão, ou não, de um sujeito ‘redundante’, porque já evidencializado na desinência verbal⁷. Essas são importantes verificações de escolhas pragmáticas para padrões sintáticos, as quais ocorrem – muito significativamente – em dependência do fluxo de informação no discurso, portanto, ‘funcionalmente’.

2.2 Referenciar. Ou: A criação da rede referencial na linguagem (instruída pelas predicções)

No processo da língua em uso, os participantes de um discurso negociam o universo de discurso de que falam, e, dentro dele, num determinado momento, escolhem referir-se a algum (alguns) indivíduo(s) cuja identidade estabelecem – ou não – segundo queiram – ou não – garantir a sua existência nesse universo. Isso significa que referenciação envolve interação, e, conseqüentemente, intenção. (NEVES, 2018 [2006], p. 75)

2.2.1 O processo de ‘referenciar’

É na interação linguística – obviamente – que os falantes compõem seus enunciados instituindo os referentes que, oriundos de uma construção mental, e não de um mundo real, representarão, na organização sintática, os termos das predicções, o que significa que a primeira noção de referência é a de uma ‘construção’ de referentes. Por outro lado, na outra ponta da interação linguística, revela-se uma segunda noção de referência, que é a de ‘identificação’ de referentes. É assim que se pode falar, com Dik (1997, p. 129), em dois modos de referenciar textualmente, o construtivo e o identificador: no modo construtivo o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental; no modo identificador, por outro lado, o falante usa um termo para que o ouvinte

7 Para a questão do preenchimento, ou não, da casa do sujeito de primeira pessoa, veja-se Goulart (2019).

identifique um referente que já de algum modo esteja disponível, mediante uma fonte para a identificação.

Como já bem pontua Lyons (1977, p. 177), a expressão linguística, usada numa ocasião particular e sob condições relevantes, tem seu referente, mas o que sobleva é a noção de que é o falante que faz referência, o que se pode indicar no fato de que, no ato de referir-se, ele ‘usa’ (‘escolhe’) a expressão referencial. Essa indicação resulta na simples mas significativa noção de que, quando se busca ver / perceber / captar a que é que se refere uma determinada expressão, na verdade se está buscando ver / perceber / captar a que é que o falante se refere quando usa essa expressão.

Vista a referência em sua instanciação nos usos – ou seja, não vinculada à pressuposição de ‘existência’, que não é o que importa, em linguagem – os processos de interpretação referencial cada vez mais se abrigam em uma visão pragmática, na qual preferentemente entram em conta inferências ligadas ao contexto da enunciação e ao conhecimento partilhado, não regras fixas ou convencionais, ligadas às expressões em si, que quase mecanicamente liberariam esses referentes (KLEIBER, 1994, p. 11). Nessa visão, o que se entende é que não basta recuperar o referente, é preciso avaliar o modo como esse referente é dado.

Pode-se dizer que a referenciação textual é bem-sucedida quando o ouvinte consegue identificar o referente do discurso no ponto em que essa identificação é necessária, e o sucesso depende do grau de acessibilidade e de identificabilidade disponibilizado pelo falante na distribuição de informação (do ‘dado’ e do ‘novo’) do texto que ele compôs. Quanto à acessibilidade, Toole (1996) identifica graus, que assim se resumem: (i) entidades que são mencionadas primeiro têm acessibilidade mais elevada e mantêm a acessibilidade por mais tempo; (ii) quanto mais explícita uma anáfora, mais ela elimina elementos não referenciais e implica seu próprio referente. Quanto à identificabilidade, Chafe (1996) oferece uma série de componentes, que, interessantemente, dizem respeito a categorias ligadas ao falante a ao ouvinte,

ou seja, à interação: compartilhamento de conhecimento, rigor de formulação e capacidade de escolha adequada, por parte do falante, do exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto.

E quanto às potenciais fontes da disponibilização de referentes, a lição de Dik (1997, p. 131) relaciona: a informação de longo termo de que dispõem os interlocutores; a informação introduzida em segmento precedente do texto; a construção do referente com base em informação perceptualmente disponível na situação; a inferência da identidade do referente a partir de informação disponível em qualquer das outras fontes já indicadas.

2.2.2 A categoria central implicada: o sintagma (pro)nominal

Quando se fala em objetos de discurso fala-se em referência nominal, o que, representacionalmente, vai aos sintagmas nominais. E são dois os grandes tipos de referência nominal no texto, a definida e a indefinida, que Givón (1984, p. 399) conceitua dentro de um contrato comunicativo que assim se explicita: o falante codifica um sintagma nominal referencial como definido quando supõe que o ouvinte é capaz de atribuir-lhe referência única (o que depende de acessibilidade dêitica da situação ou de acessibilidade referencial de um arquivo permanente) e codifica um sintagma nominal referencial como indefinido quando supõe que o ouvinte não é capaz de atribuir-lhe referência única (o que pode implicar referências subsequentes, que levam tal referente para o arquivo ativo do ouvinte). Novamente aí sobreleva a interação linguística.

Não se trata, pois, da pura ‘referencialidade’ das expressões em si, trata-se da ‘referenciação’ que se costura na tessitura textual e que envolve, mais particularmente, entidades referenciais definidas, as quais, no geral das línguas, são codificadas por uma variedade muito maior de meios do que as indefinidas. Em português, nós as temos referidas da seguinte maneira: por um sintagma nominal instanciado para uma identificação (com o ouvinte direcionado para identificar o referente definido dentro do seu arquivo

permanente); por um pronome pessoal (**ele**); por um fórico espacial (**esse, este**); etc. O grande destaque é que os sintagmas nominais definidos não são puros rótulos denominativos, eles são portadores de uma “descrição definida” (RUSSELL, 1905, *apud* LYONS, 1977, p. 179). E a tal ponto Lyons (1977) põe isso em relevo que ele chega a considerar que seria mais fácil existirem línguas sem nomes próprios do que línguas sem essas expressões nominais definidas.

Algo a destacar na expressão dos sintagmas que operam a referenciação costurada no texto é o envolvimento pragmático na motivação das escolhas, o que é bem visível nos casos de eventuais expressões de leitura correferencial. Como discute Levinson (1987; 1991), se o falante quer expressar correferência, ele preferirá, sempre que possível, a menor expressão para preencher aquela casa referencial: zero a pronome, e pronome a sintagma nominal pleno. Por outro lado, porém, verifica-se grande frequência de sintagmas nominais correferenciais plenos, o que destaca situações que pedem algum efeito especial sobre a correferência, ou provendo algum relevo para ela, ou especificando-a com informação nova relevante, ou aportando algum desvio em relação à configuração assentada; etc. Novamente está aí a pragmática no comando.

Uma das formas mais significativas de categorizar referencialmente é a nominalização, uma “operação discursiva que consiste em referenciar, por meio de um sintagma nominal, um processo ou um estado anteriormente expresso por uma oração” (APOTHÉLOZ, 1995, p. 144; APOTHÉLOZ e CHANET, 1997, p. 160), e essa é uma das realizações mais complexamente resolvidas, tanto em termos de expressão quanto em termos de interpretação.

2.2.3 O modo de realização

Por outro lado, na visão da construção textual-discursiva, pode-se falar no modo de instituição de objetos de discurso que povoarão os textos, montando uma rede em que referentes são introduzidos como tais (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995), e como tais são mantidos,

segundo determinadas estratégias dependentes da formulação textual-discursiva. Essa formulação prevê uma teia em que se monta a organização informativa, numa direção que abriga tanto manutenção referencial (preservação de referentes introduzidos) quanto progressão (introdução de novos referentes), ou, ainda, reintroduções, abandonos ou projeções referenciais, tudo a serviço do fluxo de informação a ser partilhado interacionalmente, com as marcas interpessoais que se criam.

O ponto central é que uma explicitação que se faça sobre referenciação já entra relacionada a objetos de discurso, e não a objetos de uma realidade qualquer, e, por aí, tem-se de voltar ao fato já apontado de que a referenciação textualmente operada liga-se a uma complexa relação entre entidades definidas e entidades indefinidas, jogo que os interlocutores manipulam absolutamente dentro da negociação que estabelecem no universo discursivo. Como mostra Givón (1984, p. 390), problemas de interpretabilidade de referências textuais definidas não são questão de haver, ou de não haver, um referente no mundo real, são questão de o falante ter em mente – ou não ter em mente – algum indivíduo particular que corresponda a uma determinada descrição. Ou seja, é questão de o falante pretender – ou não – que esse indivíduo seja referencial.

Assim, o texto é uma criação discursiva que abriga um percurso referencial, mas esse percurso se submete ao universo de entidades que se organizam discursivamente, não se limitando a uma instituição linear de anáforas ou catáforas textuais, de insistências referenciais que hão de ser buscadas, identificadas e simplesmente rotuladas para compor algum quadro a ser exibido em algum relato de estudo e análise. A avaliar existe o entrecruzamento entre o percurso fórico das entidades referenciais e a distribuição pragmaticamente discursiva das unidades informativas, podendo uma unidade temática topicamente saliente erigir-se em ponto de apoio de retomadas textuais sem que simplistamente se considere que o sintagma foi colocado no texto apenas para sustentar construtivamente essas retomadas. Não se trataria da ‘língua em função’.

Considerações finais

Este capítulo limitou-se ao resgate de apenas dois dos ‘processos de constituição do enunciado’ de que o texto-mote deste capítulo (NEVES, 2018[2006]) trata, ou seja, apenas ‘predicação’ e ‘referenciação’ foram os processos discutidos. Isso poderia parecer estranho, já que a predicação tem seu limite na unidade sintática ‘oração’ (simples ou composta / complexa) e, decorrentemente, a referenciação também terá seus elementos funcionais instanciados exatamente dentro dessa unidade. Ou seja, é verificável que os ‘referentes textuais’ são pontuados exatamente nas diversas casas sintáticas internas à organização sintagmática das orações.

Entretanto, a proposição do texto foi exatamente esta: a de defender que o fato de as propostas de uma análise linguística funcionalista definirem-se como de atenção dirigida aos ‘enunciados’ efetivos da interação linguística (os ‘textos’), não significa negar-se a obtenção de uma configuração ‘funcional’ dos processos de constituição do enunciado desde o mais interno da – e a partir da – organização construcional (a sintagmatização) dos enunciados. Por outro lado, a limitação à entidade sintática não tem representatividade explanatória, se o que se investiga é o uso linguístico.

Lembre-se que, falando especificamente dos referenciadores textuais, a Introdução deste texto disse que se propunha reconhecer, de partida, que as unidades que entram na composição dos enunciados são necessariamente heterogêneas, “algumas delas dando pontos de costura no mais interno das sintagmatizações, outras dando pontos largos na extensão mais ampla das amarrações semanticamente instruídas, transcendendo os rígidos limites da estruturação sintática”. E essa é a zona intensa das significações e dos efeitos em linguagem.

Os referentes que se constituem no texto – seja por menção explícita de objetos de discurso, seja por construção inferencial a partir de situações descritas – compõem o que Fant (1984) aloca no ‘conjunto temático’ do texto, exatamente o domínio do jogo em que se entrecruzam a referenciação

textual propriamente dita – aí incluída a correferenciação – e a referenciação tópica, aquela que cria e relaciona as entidades que têm papel no fluxo da organização informativa do texto. Afinal, nascida e mantida que é pela organização das predicções (com os predicados exigindo argumentos, no cumprimento de papéis semânticos em cada ‘casa’ da sintaxe), a rede referencial textual, entretanto, constrói uma rede semântica que leva os valores de significação para além do limite de cada casa argumental de uma determinada proposição. Trata-se, pois, da organização semântica do texto (centro da ‘coesão textual’), e com a contraparte de organização tópica, absolutamente implicada no ‘texto em função’, que nada mais é do que o texto entendido na sua funcionalidade de peça, por excelência, de interação linguística, na interpessoalidade da linguagem.

Referências bibliográficas

ANTONIO, J. D. A estrutura argumental preferida em narrativas orais e em narrativas escritas. **Veredas**, v.3, n.2, 1998, p. 59-66.

APOTHÉLOZ, D. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. **TRANEL** (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23, 1995, p. 143-173.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL**, n. 23, 1995, p. 227-271.

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. et al. (eds.). **Relations anaphoriques et (in)cohérence**. Amsterdam: Rodopi, 1997, p. 159-186.

ASHBY, W. J.; BENTIVOGLIO, P. Preferred argument structure in spoken French and Spanish. **Language Variation and Change**, v. 5, 1993, p. 61-76.

BEAUGRANDE, R. **Introduction to the Study of Text and Discourse**. Wien: Universitäts Verlag (pré-impressão), 1993.

BENTIVOGLIO, P. Spanish preferred argument structure across time and space. **D.E.L.T.A.**, v. 10, 1994, p. 277-293.

BONDZIO, W. Valenz, Bedeutung und Satzmodelle. In: HELBIG, G. (ed.). **Beiträge zur Valenztheorie**. Halle (Saale): Max Niemeyer Verlag, 1971, p. 85-106.

BRITO, C. M. C. **A transitividade verbal na língua portuguesa: uma investigação de base funcionalista**. Araraquara, 1996. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1996.

CHAFE, W. L. Inferring identificability and accessibility. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 37-46.

COSERIU, E. **Competencia lingüística**. Elementos de la teoría del hablar. Tradução espanhola de Francisco Meno Blanco. Madrid: Gredos, 1992 [1988].

DIK, S. C. **Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson- U.S.A: Foris Publications, 1978.

DIK, S. C. **Studies in functional grammar**. London; New York: Academic Press, 1980.

DIK, S. C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKESTEIN, A. M.; GROOT, C.; MACKENZIE, J. L. (eds.). **Predicates and Terms in Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson: Foris Publications, 1985, p. 1-28.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications, 1989.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.) **Iconicity in Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 343-365.

DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. **Language**, v. 63, 1987, p. 805-855.

DU BOIS, J. W. La estructura argumental preferida y el cero absolutivo. **ALFAL**, MS: Veracruz, 1993.

DUTRA, R. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: Some implications for word order. **Studies in Language**, v.11, 1987, p. 163-180.

ENGLAND, N.; MARTIN, L. **Issues in the application of preferred argument structure analysis to non-pear stories**. MS: Cleveland State University, s/d.

FANT, L. **Estructura informativa en español: Estudio sintáctico y entonativo**. Upsala: Upsala Universitet, 1984.

GIVÓN, T. **On understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. **Syntax: a Functional Typological Introduction**, vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing Company, 1995.

GOULART, F. V. **Ninguém fala assim!:** idealização e realidade na representação da fala espontânea. 2019. 88 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. (ed). **DIK: The Theory of Functional Grammar 2**. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1997.

KLEIBER, G. (ed.) **Anaphores et pronouns**. Bruxelles: Duculot, 1994.

KUMPF, L. E. Preferred argument in second language discourse: a preliminary study. **Studies in Language**, v. 16, n.2, 1992, p. 369-403.

LEVINSON, S. C. Minimization and conversational inference. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCELLI-PAPI, M. (eds.). **The pragmatic perspective**. Selected papers from the 1985 International Pragmatic Conference. Amsterdã: J. Benjamins, 1987, p. 61-129.

LEVINSON, S. C. Pragmatic reduction of the binding conditions revisited. **Journal of Linguistics** v.27, 1991, p. 107-161.

LYONS, J. **Semantics**. London: Longmans, 1977.

MACKENZIE, J. L. **What is Functional Grammar?** Comunicação apresentada no XXº Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zürich, Suisse: MS, 1992.

MELO, E. N.M. **Uma investigação funcionalista da estrutura argumental preferida e da acessibilidade de referentes em narrativas escritas destinadas ao público infantil**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2017.

NEVES, M. H. M. **A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC**. Araraquara: Mimeo, 1994.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. atualizada. São Paulo: Ed. UNESP, 2011 [2000].

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2018 [2006].

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). **Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP. v. 8, 2002, p. 185-226.

PRIDEAUX, G. D. Processing strategies: a psycholinguistic neofunctionalism?. In: DIRVEN, R.; FRIED, V (ed.s). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 297-308.

RUSSELL, J. R. On denoting. **Mind**, v. 14, 1905, p. 479-493.

TOOLE, J. The effect of genre on referential choice. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 263-290.